

SUMÁRIO

Prefácio — Ari Possidônio Beltran	13
---	----

* CAPÍTULO I RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA DO EMPREGADOR EM FACE DO NOVO CÓDIGO CIVIL

1. Noções introdutórias	19
2. Gênese e evolução histórica da responsabilidade	21
3. Conceito e fundamento jurídico	23
4. A bipartição da responsabilidade civil	24
4.1. O fato do príncipe	25
5. A responsabilidade social ou ética e as ações afirmativas (<i>affirmative actions</i>)	27
6. A natureza jurídica das ações afirmativas	34
7. Em direção à completude em matéria de responsabilidade civil no novo Código Civil	38

CAPÍTULO II TEORIA DO RISCO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO

1. A aplicação da teoria do risco no Direito do Trabalho e as teorias da responsabilidade civil	41
1.1. A teoria do risco integral	42
1.2. A teoria do risco administrativo	42
2. As teorias da responsabilidade civil	43
2.1. A teoria do risco proveito	43
2.2. A teoria dos atos normais e anormais	43
2.3. A teoria do risco inerente à atividade econômica	43
3. Os direitos da pessoa humana e os princípios sensíveis da Constituição Federal de 1988	44
4. O art. 93 da Lei n. 8.213/91 (garantia no emprego)	45
5. A responsabilidade objetiva e subjetiva no Direito do Trabalho em face do novo Código Civil	47
6. A Súmula n. 341 do Supremo Tribunal Federal	48
7. A responsabilidade civil subjetiva	48

8. O abuso ou exercício irregular de um direito	48
9. A responsabilidade objetiva	49
10. A Súmula n. 227 do Superior Tribunal de Justiça	50
11. A integração do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), do novo Código Civil e do Direito do Trabalho em matéria de responsabilidade objetiva	51
12. A culpa <i>in eligendo</i> e <i>in vigilando</i> da empresa	54
13. A responsabilidade civil e a responsabilidade criminal	55
13.1. Quebra do sigilo bancário do empregador. Possibilidade	56
13.1.1. Falsificação de documento particular	57
13.1.2. Falsidade ideológica	57
14. Responsabilidade solidária	58
15. Transmissão da responsabilidade	59
16. Indenização	62
17. Despesas e lucros cessantes	63
18. Responsabilidade civil no dano estético	63
19. Responsabilidade na injúria, difamação e calúnia	64
20. Responsabilidade na ofensa à liberdade e cárcere privado	65
21. Trabalhadores em situação análoga à de escravo	66
21.1. Alegações e fundamentos	69
22. Responsabilidade dos notários e titulares de cartórios não oficializados pelos atos de seus empregados e regime jurídico de emprego	70
22.1. Sucessão trabalhista nos cartórios não-oficializados	70
23. Outros tipos de responsabilidade	82
24. Responsabilidade objetiva do Estado	82
25. Responsabilidade subjetiva do Estado	85
25.1. Denúnciação da lide	88
26. Responsabilidade da administração pública, o art. 71 da Lei n. 8.666/93 e a Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho	91
27. Responsabilidade das agências reguladoras	96
28. Responsabilidade no abuso de autoridade	99
29. Responsabilidade e a teoria do fato consumado	103
30. Responsabilidade no contrato preliminar	106
31. Responsabilidade na reintegração do empregado pela dispensa sem motivação no curso do estágio probatório	107
32. Responsabilidade pelos atos ilícitos na greve (Lei n. 7.783/89)	111
33. Responsabilidade subjetiva na Lei de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/92)	122
33.1. Sujeito ativo na improbidade administrativa	122
33.2. Sujeito passivo na improbidade administrativa	124
33.3. Atos contra os princípios da administração pública	124

33.4. Ação Civil Pública e a competência na Lei de Improbidade Administrativa	124
33.4.1. Competência penal da Justiça do Trabalho	126
33.4.1.1. Fundamento legal da competência penal da Justiça do Trabalho	134
33.4.1.2. Correntes doutrinárias a respeito da competência penal trabalhista ...	136
33.5. Prescrição na Lei de Improbidade Administrativa	144
33.6. Prescrição nos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	164
34. A responsabilidade objetiva no dano ao meio ambiente	166
34.1. Princípio do desenvolvimento sustentável	168
34.2. Princípio da prevenção	169
34.3. Princípio do poluidor-pagador	169
34.4. Princípio da participação	169
34.5. Princípio do ônus social	169
34.6. Competência trabalhista ou civil para julgar lides envolvendo o meio ambiente dos servidores públicos estatutários	173
35. Responsabilidade no contrato de <i>franchising</i> (franquia empresarial)	175
36. Responsabilidade no pagamento de invenções do empregado	176
37. Responsabilidade na relação de trabalho do conselho tutelar	179

CAPÍTULO III
A RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA DA EMPRESA NA PRÁTICA
DO DIREITO DO TRABALHO
(A posição dos Tribunais do Trabalho)

1. Introdução	186
2. A posição de nossos tribunais	186
2.1. Grupo de empresas	186
2.2. Grupo econômico típico	189
2.3. Sucessão trabalhista	189
2.4. Bancos. Sucessão trabalhista	191
2.5. Extinção de estabelecimento	194
2.6. Supressão de horas extras	196
2.7. Dispensa obstativa	197
2.8. Trabalho temporário	201
2.9. Empreiteiro principal	205
2.10. Falta de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	207
2.11. Consórcio de empregadores rurais	211
2.12. Condomínios residenciais	212

2.13. Dono da obra	213
2.14. Armador de navio	216
2.15. Transferência de empregado brasileiro para o exterior (Lei n. 7.064/82)	216
2.16. Itaipu binacional	221
2.17. Dispensa discriminatória	223
2.18. Empregada gestante	228
2.19. Empregado acidentado	230
2.19.1. Empregado acidentado no contrato de experiência	236
2.20. Aviso prévio indenizado	239
2.21. Seguro-desemprego	241
2.22. Planos de demissão voluntária	246
2.23. Execução trabalhista até a penhora	249
2.24. Custas	253
2.25. Responsabilidade do sucumbente no objeto da perícia	253
2.26. Responsabilidade pelo pagamento da multa do FGTS	260
2.27. Excludentes de responsabilidade civil	265
2.27.1. Dono da obra	265
2.27.2. Contrato de trabalho com associação de pais e mestres	266
2.28. A inimputabilidade civil	266
2.28.1. Suspensão da prescrição. A tese da incindibilidade dos direitos do menor	268
2.28.2. Caso fortuito e força maior	269
2.28.3. Culpa exclusiva da vítima e culpa concorrente	271
2.28.4. Estado de necessidade	272
2.28.5. Legítima defesa	274
2.28.6. Cumprimento do dever legal	274
2.28.7. Exercício regular de um direito	275
2.28.8. Fato ou culpa de terceiro	277
2.28.9. Cláusula de não-indenizar	279
2.28.9.1. Formas de extinção contratual	281
2.28.9.2. Resolução	281
2.28.9.3. Resilição	282
2.28.9.4. Rescisão	282
Considerações finais	285
Referências bibliográficas	287